

Economista conta em livro os bastidores da moratória

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Um novo "choque" econômico, com um congelamento de preços "flexível e de duração limitada", abono salarial, manutenção das taxas de juros em níveis reais, congelamento dos gastos governamentais. Esses eram os principais pontos de um programa econômico interno proposto pelo Ministério da Fazenda, então encabeçado por Dilson Funaro, ao presidente José Sarney, para que fosse adotado simultaneamente à decretação da moratória da dívida externa, efetivada no dia 20 de fevereiro do ano passado.

O presidente preferiu, porém, não aceitar integralmente as sugestões de Funaro — adotou a moratória, mas não implantou o novo "choque".

A decisão presidencial, motivada provavelmente pela perda da confiabilidade antes depositada por Sarney no seu ministro da Fazenda, acabou prejudicando de forma grave o sucesso da moratória.

"A decisão do presidente de só implementar a parte externa do programa proposto teve consequências negativas imediatas, pois abriu o flanco para que os adversários nacionais e estrangeiros da iniciativa brasileira na área da dívida atacassem o governo pela 'falta de um programa interno', critica essa que rapidamente transformou-se em uma das principais bandeiras da campanha contra a permanência de Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda."

Os detalhes sobre esse abortado novo Plano Cruzado e a análise sobre seus efeitos para a moratória brasileira — que acaba de ser totalmente superada com a assinatura do acordo com os bancos credores —

são do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, de 33 anos, que chefia hoje o Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, depois de ter-se notabilizado como um dos principais — e primeiros — defensores de uma profunda reformulação na condução dos problemas decorrentes da dívida externa.

Suas observações e o relato do que viveu como assessor para dívida externa do ex-ministro Funaro (entre julho de 1986 e abril de 1987) estão no livro "Da Crise Internacional à Moratória Brasileira", que a Editora Paz e Terra começa a distribuir às livrarias nos próximos dias, com uma tiragem de 3 mil exemplares.

Nogueira Batista detalha o programa interno sugerido pela Fazenda. No final de janeiro do ano passado, em pleno desgaste do Plano Cruzado, Funaro encaminhou a Sarney um documento (com data do dia 23 de janeiro) com suas propostas para evitar que continuasse a tendência recessiva esboçada depois das medidas do chamado Cruzado II, decretadas logo após as eleições para governador do dia 15 de novembro de 1986. A equipe da Fazenda considerava indispensáveis novas medidas para corrigir os rumos da economia interna, em especial em relação ao crescimento da inflação e desaceleração da economia. Mas, escaldados pela experiência do Plano Cruzado, os economistas da Fazenda sugeriram ao presidente um plano mais flexível.

O congelamento de preços, por exemplo, seria por tempo limitado, "precisaria vigorar durante seis meses, começando por

uma 'trégua' de noventa dias com controle rigoroso de preços, seguida de ajustes seletivos no segundo trimestre do programa", informa Nogueira Batista no seu livro. Para evitar as pressões especulativas com o aumento dos estoques, os juros seriam mantidos em níveis reais. Com isso pretendia evitar-se o que os críticos do Cruzado consideraram como duas das suas mais importantes falhas: adoção de um congelamento de preços por prazo indeterminado e de uma política monetária fraca, com juros baixos.

Na verdade, como lembrou Nogueira Batista em entrevista a este jornal, algumas das medidas propostas por Funaro para serem adotadas em conjunto com a moratória acabaram sendo decretadas pelo seu sucessor, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, pouco tempo depois, em junho do ano passado. As maiores diferenças entre os dois programas — o sugerido por Funaro e o implementado por Bresser — se referiam à política cambial e salários. A equipe de Funaro estava convencida de que não era necessário acelerar a desvalorização do cruzado; Bresser, poucos dias depois de assumir o Ministério da Fazenda, adotou uma mididesvalorização.

O plano de Funaro previa um abono salarial para compensar os resíduos inflacionários não captados pelo mecanismo do "gatilho" então em vigor. Bresser não concedeu abono e impôs o sistema de reajustes salariais pela Unidade de Referência de Preços (URP), que em um período de inflação ascendente, como o verificado desde então, implica perdas reais do salário.

Na verdade, portanto, essas diferenças revelam o



**Paulo Nogueira
Batista Júnior**

ponto central das diferentes políticas econômicas de Funaro e de Bresser. O primeiro gostaria de voltar a enfatizar o mercado interno, com uma recuperação de exportações e do superávit comercial sem uma compressão do mercado interno. O segundo seguiu uma estratégia que viabilizou um rápido e vigoroso crescimento das exportações e do superávit, mas com o custo de esvaziamento do mercado doméstico.

Nogueira Batista também relata, com detalhes, as divergências internas do próprio governo em relação à adoção — e depois da sua decretação ao sucesso — da moratória. Lembra, em seu livro, as restrições levantadas pelos críticos da moratória, baseadas principalmente nas previsões de que o Brasil sofreria sérias retaliações dos seus parceiros comerciais. O que acabou não ocorrendo. Ele cita, em seu livro, especificamente o embassador brasileiro nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, e o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, como dois opositores do plano de adoção da moratória.